

IAOD do Deputado Leong Pou U em 19.03.2026

Articular-se à estratégia nacional, reforçar a orientação política, em prol do desenvolvimento da inteligência artificial

Recentemente, a “criação de lagosta” tornou-se viral na net, com muitos programadores e também o público em geral a partilhar os resultados da “criação”. “Lagosta” é alcunhada pelos cibernautas ao OpenClaw, um agente de inteligência artificial com capacidade de automação cujo logótipo representa uma lagosta vermelha. Assim, os cibernautas do Interior da China, ao partilharem as suas experiências, dizem “criar lagosta” ao referirem-se à implementação e operação do OpenClaw.

A febre da “criação de lagosta” deve-se à sua capacidade de automação, mediante instruções, na planificação e operação dos procedimentos, para além das funções de diálogo típicas da IA. Contudo, após a primeira onda desta febre, surgiram na sociedade preocupações sobre os problemas de utilização e riscos de segurança, o que conduziu à desinstalação por parte dos primeiros criadores de lagosta.

O Centro Nacional de Resposta à Emergência Cibernética divulgou, no dia 10 deste mês, um alerta sobre os riscos de segurança na utilização do OpenClaw, advertindo que a instalação ou utilização inadequada pode acarretar riscos graves, tais como o controlo não autorizado do sistema, bem como a fuga de informações privadas e dados sensíveis. A Plataforma de Partilha de Informações sobre Ameaças e Vulnerabilidades de Cibersegurança do Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação divulgou seis recomendações e seis proibições relativas a riscos de segurança, e o Ministério de Segurança Nacional publicou recentemente um manual sobre esta questão.

A inteligência artificial é já um factor importante para reestruturar a produtividade global e liderar a nova ronda da revolução tecnológica. Segundo o 15.º Plano Quinquenal aprovado recentemente nas "Duas Sessões", há que promover de forma abrangente a formação em tecnologias inteligentes e implementar plenamente a iniciativa "IA+", com vista a conquistar a posição de liderança na aplicação industrial da IA e fornecê-la a todos os sectores. Macau está a elaborar o seu 3.º Plano Quinquenal, assim, há que estabelecer a articulação com o 15.º Plano Quinquenal Nacional e promover, através do cultivo de novas indústrias como a IA, a diversificação adequada da economia. Mas durante esta onda de entusiasmo pela "criação de lagosta", a actuação do Governo não foi proactiva, o que em

nada favorece a promoção do desenvolvimento da IA, entre outras novas indústrias. Assim, sugiro o seguinte:

Primeiro, aumentar a consciência de riscos e promover o desenvolvimento da IA

Perante os múltiplos riscos por trás da "criação de lagosta", os serviços competentes do Interior da China lançaram oportunamente alertas de risco e recomendações sobre a sua utilização segura, orientando os utilizadores a evitarem riscos e a utilizarem ferramentas de IA num ambiente saudável e seguro. Olhando para Macau, nesta onda de entusiasmo, não se verificaram medidas ou alertas do Governo dirigidos, especialmente, à população, daí a sua falta de sensibilidade e proactividade. Em comparação com os profissionais da área, os residentes são mais susceptíveis de sofrer prejuízos em diversas novas “ondas de entusiasmo”, portanto, sugiro ao Governo que reforce a sensibilização da população sobre os riscos de segurança na área da IA, se articule activamente com as estratégias nacionais e promova a aplicação generalizada desta, com vista a aproveitar a oportunidade estratégica do desenvolvimento da IA para potenciar o desenvolvimento socioeconómico e melhorar a capacidade de governação.

Segundo, reforçar a educação sobre a inteligência artificial e formar talentos

Desde a onda da instalação do *OpenClaw* até à sua remoção, este processo foi, aparentemente, uma moda na área da inteligência artificial, contudo reflecte, de facto, a falta de conhecimento na área por parte da população, a qual tem uma grande procura. Com o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial a cada dia que passa, aparecem sempre novos instrumentos que têm um ciclo cada vez mais curto, mas, a maioria dos cidadãos desconhece os seus custos e risco, e também a dificuldade da sua gestão. Sugiro ao Governo que aumente a literacia da população sobre inteligência artificial, através da educação regular e profissional e da formação profissional, para ajudar os interessados a dominarem rapidamente essas novas tecnologias e a sua aplicação, para que possam ser usadas a título individual e sectorial, para maior produtividade. Por exemplo, é de ponderar incluir certificados de credenciação no âmbito da inteligência artificial no “Programa de Prémios por Certificação Profissional dos Quadros Qualificados em Tecnologias da Informação”, para que a população possa elevar a sua capacidade nesta onda tecnológica, promovendo, assim, a valorização e a reconversão da economia.

Terceiro, aperfeiçoar o regime jurídico para regular e orientar o desenvolvimento da inteligência artificial.

O rápido avanço da tecnologia de IA e a sua aplicação na área comercial suscitaram uma série de questões jurídicas, éticas e de fiscalização. Muitos países e regiões estão a acelerar a elaboração de diplomas legais correspondentes para garantir que o desenvolvimento desta tecnologia esteja em conformidade com as normas éticas. Por exemplo, o Interior da China implementou, em 15 de Agosto de 2023, as “Medidas Provisórias para a Gestão dos Serviços de Inteligência Artificial Generativa”; a União Europeia promulgou, em 1 de Agosto de 2024, a “Lei da Inteligência Artificial”; e Hong Kong divulgou, em abril de 2025, as “Orientações sobre Tecnologia e Aplicação de Inteligência Artificial Generativa em Hong Kong”. Contudo, Macau ainda não dispõe de diplomas legais específicos que regulamentem e orientem a utilização racional da tecnologia de IA.

As linhas gerais do 15.º Plano Quinquenal apontam para a necessidade de “aperfeiçoar as leis e regulamentos, políticas, regimes, normas de aplicação e princípios éticos no âmbito da inteligência artificial, promovendo a criação de um sistema de gestão de riscos em todo o ciclo de vida da IA”. Neste sentido, sugiro ao Governo que estude e tome como referência as experiências e práticas adoptadas no Interior da China e noutras regiões, definindo orientações locais sobre a aplicação da inteligência artificial, para alcançar um equilíbrio entre o incentivo à inovação e a fiscalização adequada, e que dê o seu contributo durante o processo de elaboração da proposta chinesa para as regras internacionais em áreas emergentes como a inteligência artificial.